

Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo

Alessander Kerber^{*}
Cleber Cristiano Prodanov^{**}
Paula Regina Puhl^{***}

Resumo: No presente artigo, propomos analisar a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo a partir de fontes midiáticas. Mais especificamente, propomos uma análise das representações étnicas da cidade presentes no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã”, de autoria do primeiro prefeito de Novo Hamburgo e publicado no jornal que se apresentava como representante da cidade, logo após a emancipação da mesma, no ano de 1927. Tal folhetim é repleto de representações de identidades étnicas e apresenta uma narrativa através da qual se constroem os arquétipos de heróis e de vilões ligados a tais

* Doutor em História (UFRGS), professor e pesquisador do Centro Universitário FEEVALE. Contato: alekerber@feevale.br

** Doutor em História (USP), pesquisador e Pró-Reitor de Pesquisa do Centro Universitário FEEVALE. Contato: prodanov@feevale.br

*** Doutora em Comunicação (PUCRS), professora e pesquisadora do Centro Universitário FEEVALE. Contato: ppuhl@feevale.br

Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio...

representações. Nesse sentido, propomos uma análise da relação entre duas identidades de caráter distinto, uma ligada à etnicidade e outra ao espaço da cidade, percebendo a forma de associação entre ambas, além da importância das representações étnicas na construção da identidade da cidade estudada.

Palavras-chave: Mídia. Identidade. Etnia. Cidade. Novo Hamburgo.

Identities nacionais, regionais e das cidades são produzidas em relação a um espaço geográfico e estão ligadas à organização do espaço público e político.¹ Contudo, ao serem construídas, precisam em geral ser pensadas e articuladas com outras identidades já existentes.

Uma identidade se expressa, justamente, através de representações que definem a idéia e o sentimento de pertencimento a um grupo. Assim, ela é, ao mesmo tempo, sentimento e idéia, é sentida e pensada enquanto formulação de uma imagem de si mesmo, ou seja, como auto-representação.² Essa consciência de si através de representações impõe limites, que se dão em torno das fronteiras entre um grupo e outro e sobre os quais os indivíduos realizam suas práticas sociais. Assim, uma identidade se forma além da percepção das representações comuns entre o grupo, através da percepção da diferença em relação ao outro grupo, ou seja, em uma relação de alteridade.

Como propõe Hall (2005), há uma diversidade de identidades que se sobrepõem, se relacionam, se conflituam e se transformam constantemente em um mesmo grupo social. No caso deste artigo, analisamos a relação estabelecida entre dois tipos distintos de identidades existentes entre o mesmo grupo, uma ligada à etnicidade e outra ao espaço, construídas entre a população do município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, logo nos primeiros anos após sua emancipação. Para tanto, utilizamos o folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã”, publicado no ano de 1931, no Jornal “O 5 de Abril”, considerando-o, como veremos a seguir, como elemento privilegiado para a construção dessa identidade.

O folhetim nasceu na França, no começo do século XIX, de acordo com Meyer (1996, p. 57) “*le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés do chão, rodapé – geralmente da primeira página”. A expressão foi criada pelo jornalista Émile Girardin e surgiu pela primeira vez na década de 1830, no periódico francês “*La Presse*”.³

Reuter (1996) destaca que as transformações demográficas, econômicas, sociais e técnicas que modificaram o mundo sempre tiveram repercussões nos romances e, por consequência, nos folhetins. Com a urbanização, que se acelera nos séculos XIX e XX, começa a ocorrer a substituição de lugares como reinos e castelos por locais em que se concentram trajetos espaciais e sociais dos indivíduos, como cidades, bairros ou outros espaços de encontro de grupos sociais.

Novo Hamburgo, como qualquer cidade, como materialidade erigida pelo homem, também é sociabilidade e, ainda, sensibilidade. Como afirma Pesavento, é construção de um “*ethos*”, que implica na atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam, é percepção de emoções e sentimentos, expressão de utopias, desejos e medos, assim como é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que realizam na e por causa da cidade (PESAVENTO, 2002, p. 24).

Nesse sentido, a construção material e as divisões espaciais da cidade são, também, representações de construções imaginárias e divisões entre identidades. Cada uma expressa, de variadas formas, uma identidade, mas sendo por excelência o espaço da diversidade, lá existem várias identidades, que se distinguem através de símbolos que definem o espaço de cada uma. Assim, nas diversas cidades, coloca-se o dilema entre unidade e diversidade.

No processo de inclusão e exclusão existente na seleção dos símbolos que representam a identidade de uma cidade, percebe-se

que existe a manifestação de relações de poder. No caso de enfoque deste trabalho, temos um produto midiático influenciando na construção de uma identidade. Sendo o primeiro, e inicialmente único jornal de Novo Hamburgo, o “O 5 de Abril” detinha poder simbólico, a partir do qual influenciou sobre a construção identitária. Tal poder é entendido como:

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2005, p. 14).

A definição da fronteira entre uma nação e outra, entre uma região e outra ou, no caso deste trabalho, entre uma cidade e outra, ao se estabelecer, produz a existência daquilo que enuncia. Nesse sentido, após legitimado um discurso que estabelece a divisão, o aparelho político passa a ter, também, legitimidade para utilizar-se de violência física e simbólica para a sua manutenção. Assim:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias ‘étnicas’ ou ‘regionais’, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*. (BOURDIEU, 2005, p. 116)

De qualquer forma, há, ainda segundo Bourdieu, a necessidade da autoridade para o estabelecimento da legitimidade deste discurso:

A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula ‘eu autorizo-vos a partir’ só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar. Mas o efeito de conhecimento que o facto da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. (BOURDIEU, 2005, p. 116-117)

195

Uma estratégia utilizada pelo Jornal “O 5 de Abril”, também presente na imprensa em geral, é a utilização de autoridades assinando as matérias, pois a presença de autores com capital simbólico para serem reconhecidos como autoridade também dá autoridade ao jornal. Dessa forma, o primeiro prefeito da cidade de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry, era uma das principais autoridades a assinar matérias do referido jornal e autor do folhetim “Maria Bugra”, inspirado em fatos históricos.

O próprio Leopoldo Petry (1959) também foi o primeiro a escrever uma versão que se apresentava como uma história de Novo Hamburgo. Conforme ele, o surgimento de Novo Hamburgo está intimamente ligado ao projeto imperial brasileiro de ocupação da região meridional do país, com população europeia leal

ao Imperador e à Coroa. Dentro desse processo, desembarcaram no Rio Grande do Sul, a partir de 1824, sucessivas levas de imigrantes de origem germânica, que foram se estabelecendo em várias regiões do Estado.

Conforme Petry, é possível estabelecer a seguinte periodização para narrar a trajetória do município: o primeiro período iniciaria na época da fundação de Hamburger Berg⁴ e iria até o início do tráfego ferroviário (1824-1876); o segundo teria início com o tráfego ferroviário e se estenderia até o começo da industrialização (1876-1900); o terceiro começaria com a industrialização e se estenderia até a emancipação (1900-1927); o quarto e último iniciaria com a emancipação e continuaria até a data da elaboração de seu livro (1927-1959) (PETRY, 1959, p. 6).

Perceba-se que Petry (1959) faz uma divisão, focalizando essencialmente os aspectos econômicos (com exceção da emancipação, que seria um aspecto político). Nessa perspectiva, analisa o início do desenvolvimento de um centro comercial, que, futuramente, comporia o município de Novo Hamburgo, ao redor do qual se estabelece um pequeno povoado. Marca, também, a chegada da estrada de ferro, que ligava Porto Alegre a Novo Hamburgo, o que vem a impulsionar mais ainda o desenvolvimento comercial da região. Além disso, destaca o início do processo de desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista.⁵

Criado por um grupo que defendia o movimento emancipacionista, “O 5 de Abril” foi o primeiro jornal existente no território do município de Novo Hamburgo, em 1927. O nome foi escolhido em homenagem à data de emancipação do município – 05 de abril de 1927. Intitulava-se no cabeçalho da página principal como “semanário de interesses gerais” e sem ligações partidárias ou religiosas. Na sua fundação, teve como diretor Leopoldo Petry e como gerente Edgar Behrend, filho de Hans Behrend, dono da tipografia onde era impresso o semanário. Werner Behrend, outro filho de Hans, mais tarde assumiria, durante um período de 30

anos, a gerência do jornal. O periódico, inicialmente editado em quatro páginas, sendo que as duas últimas geralmente eram ocupadas com publicidade, saía às sextas-feiras e era impresso na “Typographia Behrend”. Na primeira página do “O 5 de Abril”, aparecia a principal notícia, que geralmente era transcrita de jornais da capital, como o “Correio do Povo” e o “Federação”.⁶

O Jornal “O 5 de Abril” pretendia assumir uma vinculação direta com a identidade da cidade de Novo Hamburgo, elemento já perceptível em seu nome, que faz referência à data de emancipação da cidade: 5 de abril de 1927. Assim, em seu exemplar de lançamento, na página 2, aparece a matéria intitulada “O nosso jornal”. A expressão “nosso” já remete, diretamente, à construção da identidade, ou seja, à definição do que pertence a nós e, conseqüentemente, aos outros (à alteridade). Nessa perspectiva, o Jornal atuou construindo uma versão identitária sobre a cidade, estabelecendo seus símbolos, “inventando tradições”⁷ que a justificassem.

Ao mesmo tempo em que se afirmava como representante da cidade, o “O 5 de Abril” influenciou no processo de construção da identidade da mesma. Após ler e analisar o jornal produzido no período de 1927 a 1937 (a primeira década do município), foi percebida a presença constante de versões sobre a identidade que se pretendia construir. Entre os textos publicados pelo jornal, apresentam-se alguns folhetins. Assim, textos como “Coração de mulher”, de Gevaldino Ferreira, e “Senhora” e “Viuvinha”, de José de Alencar, foram publicados no “O 5 de Abril”. Destaca-se, porém, um texto publicado sob autoria de Leopoldo Petry; é o único que remete diretamente à identidade local. Isso e o fato de ele conter representações étnicas em um momento em que a identidade da cidade estava sendo construída são elementos que justificam uma análise do folhetim “Maria Bugra”.

Na construção de novas identidades, como a da cidade de Novo Hamburgo, recém-emancipada, é necessário buscar elementos que já existam no imaginário da população. Essa busca no passado

tem como perspectiva construir uma narrativa que dê origem e continuidade através do tempo ao que se está criando. Ora, algo que é novo não tem esses elementos e, nesse sentido, faz-se necessário buscá-los.

O que poderia, então, ser buscado no passado imaginado pelos habitantes da nova municipalidade que estabelecesse legitimidade através de uma origem e continuidade a este novo que se constituía?

Analisando “O 5 de Abril”, percebe-se que uma de suas principais ênfases é a identidade étnica, que, remontando ao passado a imigração alemã para o Brasil, parecia ser elemento legitimador dessa nova identidade de cidade. Entendem-se identidades étnicas como construções constantes que se relacionam com as necessidades contemporâneas de cada grupo, e não como algo dado naturalmente. Nesse sentido, cabe destacar Barth, para quem:

[...] as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. (BARTH, 1998, p. 188)

Contudo, não é enfoque deste trabalho a dinâmica da identidade étnica alemã em si, mas a forma como foi utilizada para a legitimação da identidade da cidade.

Como o próprio nome do município já produz indício, Novo Hamburgo construiu sua identidade ligada a uma origem étnica alemã (processo que, inclusive, ocasionou um problema histórico de exclusão em relação a outras etnias nessa cidade).⁸ Essa perspectiva de construção da identidade da cidade ligada a uma identidade étnica ia ao encontro da política estabelecida pelo governo alemão, entre o final do século XIX e o início do XX, que tinha como objetivo construir e fortalecer uma identidade entre as comunidades

de emigrados desse país, e encontrou um espaço especialmente privilegiado na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que contava com uma ampla comunidade e um amplo sistema de escolas comunitárias, identificadas por Kreutz (2000) como escolas étnicas. Essas escolas tinham um forte intuito de preservação e/ou criação de uma identidade étnica ligada ao Germanismo.⁹ O presidente do Sínodo Sul-Riograndense (entidade administrativa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), na época da emancipação de Novo Hamburgo, pastor Hermann Gottlieb Dohms, propôs inclusive, em sua perspectiva teológica, a manutenção da cultura germânica no intuito de preservar os traços culturais do “povo” ligados à sua religiosidade. Assim:

É a partir dele [de seu pensamento] que [Dohms] lança apelos para a criação de um sistema educacional do Sínodo, fortalecendo as escolas comunitárias, fundando o Instituto Pré-Teológico e o Ginásio Teuto Brasileiro, hoje Colégio Sinodal. Também lança apelos para a fundação de uma Escola de Teologia que formasse uma classe de pastores ‘que esteja familiarizada e ligada com as situações do país e que dê à Igreja mais e mais o caráter de uma instituição enraizada no povo’. Esse último ponto veio a ser concretizado apenas em 1946, mas jamais caiu fora dos seus planos. A partir dessa sua concepção de Igreja, como uma instituição enraizada no povo, surge também sua exigência de uma ‘Igreja comunitária autônoma’ (selbständige Gemeindekirche) que, como Igreja independente, também seja ‘uma comunidade que desenvolva e cultive uma vida cultural própria’. Independência não significa, na concepção de Igreja com bases populares, defendida por Dohms, a construção de ‘delimitações espirituais’ frente à Igreja Evangélica na Alemanha, também não independência financeira. Ele quer ver ‘crescer a vida espiritual peculiar, na qual se apresenta uma pequena província de protestantismo alemão [...]’. Tem que se desenvolver uma formação teuta peculiar, um caráter teuto próprio, caso contrário o declínio é certo. (DREHER, 2003, p. 107)

Essa perspectiva alemã em desenvolver uma identidade entre as comunidades de descendentes em outros países poderia atender a uma necessidade do imaginário presente na cidade de Novo Hamburgo, em buscar elementos para a construção de sua identidade. Também convergia com a vontade das elites políticas da cidade, na época, de legitimar a emancipação e a emergência econômica de Novo Hamburgo.

Nesse sentido, um dos principais signos associados à identidade étnica alemã é o trabalho. A identificação do alemão com o trabalho é algo presente desde a construção da nação alemã, na década de 1870 e, especialmente no Brasil, houve uma afirmação dessa fronteira entre o “alemão” e o “brasileiro”, identificado este com adjetivos opostos ao trabalho. “O 5 de Abril” frequentemente dirigia-se à população da cidade utilizando esse elemento associado à identidade étnica. Por exemplo, no dia 20 de maio de 1927, em artigo nomeado “Os primeiros frutos de nossa emancipação”, noticia as obras empreendidas pela municipalidade, afirmando que:

A laboriosa população do ex-2º distrito de São Leopoldo, hoje município de Novo Hamburgo, graças ao decreto... que emancipou da tutela administrativa do município a que pertencia e que, até então, vivera entregue a si mesma, privada de qualquer melhoramento moral ou material [...] (O 5 DE ABRIL, 20/05/1927, p. 2)

No dia 7 de outubro do mesmo ano, a associação da identidade da cidade com a alemã torna-se ainda mais explícita:

A autonomia de seu pequeno solo, conseguida acabo de muita luta ingente, trás os hamburguezes orgulhosos pela maior semelhança que apresenta assim, com o seu glorioso homônimo hanseático. E da tenacidade indiscutida de seus habitantes, tudo se pode esperar, por certo. (O 5 DE ABRIL, 7/10/1927, p. 2)

Perceba-se que o “orgulho pela semelhança” e o “homônimo hanseático” remetem imediatamente à ligação entre a identidade da cidade e a identidade étnica alemã, associada à modernidade e à industrialização de Novo Hamburgo, fazendo com que o “O 5 de Abril” se refira à cidade como “pequenina Manchester brasileira” (O 5 DE ABRIL, 4/4/1930, p. 1).

Ao se construírem representações da cidade de Novo Hamburgo ligadas à determinada identidade étnica, ocorre a exclusão de outras. Dentre as outras etnias presentes na cidade, a que mais se destaca por construir representações diferenciadas e, conseqüentemente, exclusas é a dos negros. Presentes na localidade desde o período do Império, os negros de Novo Hamburgo acabaram sendo excluídos ou “invisibilizados”, nos primeiros anos da construção da identidade da cidade

Um espaço da cidade de Novo Hamburgo onde havia, na época da emancipação, um predomínio de população negra era a região chamada comumente de “África”,¹⁰ ocupada após a Abolição. A utilização desse nome remete a uma idéia de alteridade em relação à identidade étnica afirmada dentro da cidade, ao mesmo tempo em que remete a uma idéia de exclusão.

Conforme Oliveira, por muito tempo sustentou-se a afirmação de que não havia escravos nas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Entretanto, conclui que a posse de escravos pelos colonos e descendentes de alemães foi uma realidade que, apesar de não configurar a relação de trabalho predominante, teve uma difusão bastante considerável (OLIVEIRA, 2006, p. 56-57). Especificamente enfocando o caso de Novo Hamburgo, Magalhães analisa clubes e sociedades essencialmente negras nessa cidade, existentes nas décadas de 1920 e 1930 (MAGALHÃES, 2006).

No ano de 1931, o jornal “O 5 de Abril” publicou um folheto de enfoque neste artigo em quatro edições suas.¹¹ O mesmo se apresentava como uma narrativa sobre um caso ocorrido na região de imigração alemã, no sul do Brasil, sob autoria de Leopoldo Petry. O folheto iniciava:

Nos primeiros tempos da fundação da colônia de São Leopoldo, viviam os colonos num desassossego contínuo pelas repetidas invasões dos índios selvagens, que perturbavam os seus trabalhos, assassinavam famílias, queimavam as suas casas, raptavam suas mulheres e filhos estes mais tarde ou mais cedo quase sempre foram resgatados pelas perseguições que pelas matas esses índios sofreram de uma companhia de pedestres, que naquele tempo estava empregada na defesa contra os selvagens, não somente para resgatar as famílias raptadas, como para afugentá-los das matas em que os colonos formavam seus estabelecimentos. A extensão do mato a defender era extraordinária e não era suficiente, às vezes, o número de homens empregados para prevenir a invasão desses índios, que sempre se aproveitavam da ausência daqueles homens, para invadir a colônia, e fazer os estragos, que tanto os fazia temer. Entre várias invasões que fizeram os índios na colônia de S. Leopoldo, citarei somente as seguintes, por terem sido acompanhadas de atos de ferocidade que para sempre ficaram gravados na memória dos colonos, principalmente dos parentes das vítimas. (O 5 DE ABRIL, 17/07/1931, p. 1)

Perceba-se que, já no início, o autor apresenta representações étnicas, as quais são adjetivadas. Assim, os colonos (alemães) trabalhadores sofrem a “ameaça” dos “índios selvagens”. Já se apresenta, dessa forma, uma identificação dos “índios” com o passado, o não-moderno, representado na expressão “selvagens”. Também, no decorrer do texto, apresenta-se a vinculação do índio com a selva, a mata, representações da não-construção através do trabalho humano e do não-moderno.

O texto continua citando uma série de assassinatos realizados pelos índios “invasores”, os quais ocorreram nos anos de 1829 e 1831. Com a derrubada da mata, porém, o medo dos índios foi gradualmente reduzindo, pois os mesmos tinham tendência a atacar somente em mata fechada. Contudo, um “novo terror” ocorreu no dia 8 de janeiro de 1852, quando os “selvagens” assassinaram o colono alemão Pedro Wadenpuhl e raptaram sua mulher, sua filha

casada e mais três filhos menores. Esse fato estaria relatado pelo diretor das colônias chamadas “alemãs”, Dr. João Daniel Hillebrand, em 1855. Como afirma Petry:

Viviam em pequenos bandos nos matos virgens de toda a zona que se estende ao norte do Rio dos Sinos, esperando ocasião para poderem roubar. Costumavam rondar por muito tempo os estabelecimentos mais avançados dos colonos e, quando lhes parecia oportuno, assaltavam-nos, matavam os homens, raptavam as mulheres e filhos, levando consigo os utensílios que podiam carregar. Retiravam-se em seguida para o interior das matas, donde só após muito tempo tornavam a voltar.

Devido à agilidade dos selvagens, era muito difícil a sua captura pelas forças do Governo. Este resolveu, por isso, aproveitar os serviços duma tribo de índios Coroados, já mansos, para acabar com o perigo. Chamava-se Dobre^[12] o cacique dessa tribo e prestou relevantes serviços às autoridades.

Entre os bandidos hostis aos colonos se destacava o famigerado João Grande, um escravo fugido, possuído de ódio ferrenho à população branca. Tinha reunido em torno de si vários bugres, entre eles um genro do cacique Dobre, com sua família. (O 5 DE ABRIL, 17/07/1931, p. 1)

Perceba-se que a narrativa apresenta uma relação entre os “bugres”, expressão ligada às populações nativas que habitavam a região e com as quais as populações de colonos em áreas mais avançadas tinham mais contato, com um escravo fugido negro. Esses nativos e os negros são apresentados, ao mesmo tempo, como alteridade em relação aos descendentes de alemães e como bandidos.

Esses “bandidos”, por sua vez, dirigiram-se à colônia de um lavrador de nome Wadenpuhl. Seria ele um homem de pequena estatura, já um tanto idoso, que vivia em segundas núpcias com uma mulher bastante jovem ainda e tinha 2 filhos, de 8 e 9 anos de idade, e uma criança de poucos meses.

Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio...

Uma filha do primeiro matrimônio, mais tarde apelidada Maria Bugra, viera visitá-lo em companhia do seu marido, Henrique Hofmeister. Segundo Petry:

Era este de elevada estatura, possuía a força de dois homens, era moço, ágil e valente. [...] quando saía de casa, só o fazia armado de facão, pistola e espingarda. Isso assustava os bugres e já estavam dispostos a procurar outras vítimas, pois sabiam muito bem que um homem como este não era inimigo desprezível. (O 5 DE ABRIL, 24/07/1931, p. 1)

Certo dia, entretanto, Hofmeister teve de sair de casa, deixando sua esposa sozinha. Essa foi a chance para os “bugres”. Estava o velho Wadenpuhl, com toda a família, realizando uma colheita, quando:

De repente cai ele ao solo, ferido mortalmente na nuca por uma flecha, e no mesmo instante acorre todo o bando dos bugres, com gritaria feroz. Maria, espavorida, foge a toda pressa e procura alcançar uma tira de mato, que a separa da roça de um vizinho. Porém um dos bugres vai ao seu encalço e no momento em que procura saltar uma pequena sanga, o perseguidor consegue agarrá-la pela trança de seu cabelo. O impulso que já tinha dado no corpo para efetuar o salto foi tão forte que o bugre, não a podendo seguir, arrancou-lhe com um puxão, todo o abundante cabelo.

Caindo ao solo, ficou por um momento atordoada. O bugre agarrou e arrastou-a para o interior do mato, para onde pouco depois foram trazidos também a madrastra, os dois meninos e a criança. Os vizinhos, conforme se soube mais tarde, tinham ouvido alguma gritaria no rumo da roça de Wadenpuhl; mas, como este tinha o hábito de alterar em altas vozes, quando o serviço não rendia bastante, pouca importância ligaram ao fato, até a hora de se retirarem das suas lavouras. (O 5 DE ABRIL, 24/07/1931, p. 1)

Perceba-se que a justificativa para o não-atendimento dos vizinhos refere-se, novamente, a uma qualidade alemã: a exigência quanto ao rendimento do trabalho. Por outro lado, os “bugres”, que não são apresentados como trabalhadores, usufruem ilegitimamente do trabalho dos alemães. Assim:

Cavalos, vacas, suínos e cães estavam mortos. Dentro da casa viam-se espalhadas as penas e outros enchimentos das roupas de cama. Tudo, porém, que era de fazenda, bem como os utensílios domésticos, duas espingardas e outras miudezas, tinham desaparecido. (O 5 DE ABRIL, 24/07/1931, p. 1)

O folhetim conta que resolveram, então, os vizinhos, iniciar imediatamente a perseguição, para salvar ao menos as pessoas raptadas. Contudo, esta ação não teve sucesso. Segundo o autor do texto,

[...]as pobres vítimas passaram momentos terríveis de susto e no seu interior davam graças a Deus que, aqueles que tinham saído para salvá-los, não os encontraram, pois a atitude dos bandidos não deixava pairar dúvida sobre a sorte que lhe estava reservada, o que mais tarde, quando já compreendiam a língua de seus raptadores, lhes foi confirmado. (O 5 DE ABRIL, 31/07/1931, p. 1)

As mulheres raptadas foram colocadas, então, sob a vigilância de uma velha e tendo que servir às demais “bugras”, sendo lhes arrancados os supercílios e as sobrancelhas. Também lhes cortaram os cabelos da cabeça, exceto os de Maria, que já não os tinha. Para Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 193), “o ato de cortar os cabelos correspondia não só a um sacrifício, mas também a uma rendição: era a renúncia – voluntária ou imposta – às virtudes, às prerrogativas, enfim, à própria personalidade”. Segundo os

autores, encontram-se vestígios na América, e em quase todas as partes do mundo, que o corte dos cabelos refere-se ao estado monástico. Os cabelos representam as virtudes e os poderes dos homens, conforme narrado no mito bíblico de Sansão e no caso do folhetim escrito por Petry. O ato cometido pelos bugres pode ser compreendido como a perda de uma das marcas identitárias daquelas mulheres, já que muitas raças podem ser identificadas de acordo com o tipo e a cor do cabelo. Chevalier e Gheerbrant (2002) salientam ainda que em uma região da Alemanha pensava-se que não se deveria cortar os cabelos de uma criança antes de ela completar um ano, sob pena de torná-la desafortunada.

A história escrita por Petry prossegue:

Não havia, a princípio, possibilidades de fuga, devido à vigilância dos seus raptos. Os dois rapazes, aliás, em pouco tempo se tinham habituado aos costumes dos selvagens e achavam divertida a vida que levavam. Manobravam arco e flecha, trepavam como macacos, subiam as árvores mais altas para colherem frutos, ninhos de pássaros, mel de abelhas e uma espécie de cipós, muito rico em seiva, que constituía um alimento muito apetecido. (O 5 DE ABRIL, 31/07/1931, p. 1)

Com o tempo, as prisioneiras obtiveram permissão para se afastarem sozinhas e, como à noite regressavam sempre, cessou pouco a pouco a severa vigilância. Notando isso, resolveram, cada uma por si, empreender uma tentativa de fuga. A fuga de Maria foi narrada da seguinte forma:

Quando ao escurecer já se encontravam no acampamento todos os bugres, queixou-se ela à velha de que estava com muita fome, e pediu licença para ir colher algumas frutas que tinha visto perto dali. A velha concedeu-lhe a licença pedida, avisando-a porém de que ali perto tinha sido verificada a presença de um tigre. Maria, satisfeita com a

licença obtida, dirigiu-se para o interior do mato, procurou os rastros do gado e seguiu-os, correndo o quanto podia. Às vezes encontrava, em terreno solto, profundos trilhos de animais e nessas ocasiões usava da precaução de seguir com as costas para frente, afim de melhor iludir os bugres, caso estes se lembrassem de a perseguir e lhe seguissem o rastro. Assim correu a inditosa senhora enquanto a claridade do dia deixava ver o trilho que vinha seguindo. [...] De repente notou que uma ponta de gado vinha avançando contra ela. Para fugir ao novo perigo, subiu numa árvore isolada que ali perto estendia a sua frondosa copa.

O gado, com mugidos agitados, rodeava a árvore. Não julgava a coitada que desse novo perigo lhe poderia resultar a salvação.

No entanto, não longe dessa mesma árvore, estava parando rodeio um estancieiro com seus escravos.

Advertido pela excitação dos animais, foram verificar o que havia ali de anormal. À sua aproximação, o gado retirou-se e Maria desceu da árvore, escondendo-se, porém, logo por detrás do seu grosso tronco, pedindo por meio de acenos que lhe dessem uma peça de roupa pois, tendo perdido na fuga até a tanga, estava completamente nua.

Vendo à sua frente uma mulher em lamentável estado e que, pelo seu procedimento, revelava educação, compadeceu-se o nobre gaúcho, e tirando o pala que tinha enfiado, atirou-o à pobre senhora, que assim pode cobrir a sua nudez. Fazendo-a montar, em seguida, na garupa do seu cavalo, levou-a para casa, onde mandou dispensar-lhe todos os cuidados que seu estado exigia. (O 5 DE ABRIL, 31/07/1931, p. 1)

Após ter sido salva, ela foi levada ao capitão Francisco Muller, que, junto ao grupo de bugres de Dobre, responsabilizou-se por tomar atitudes referentes ao grupo de João Grande.

Narra o capitão Francisco Muller: “Já eu tinha deliberado o que havia de fazer com respeito ao famigerado João Grande, chefe do bando.

Representações étnicas no folhetim "Maria Bugra: episódio...

Poderia talvez prendê-lo e entregá-lo ao seu dono. Neste caso teriam-no espancado cruelmente e depois de curadas as feridas, iriam empregá-lo novamente no trabalho. Mas o preto, muito esperto, teria fugido de novo para recomeçar a sua vida de bandido e dar largas ao seu ódio contra a raça branca. Por isso julguei melhor deixar plena liberdade aos bugres do cacique Dobre.

Entramos no mato. Os bugres se espalhavam e apesar de saber que não estavam longe de mim, não podia avistar nenhum deles. Só de vez em quando aparecia um subindo com agilidade numa árvore, ou descendo por um cipó. Nós, brancos, seguíamos o velho, conforme as indicações de Maria.

Os bugres de João Grande viviam despreocupados. Não julgavam que a sua prisioneira tivesse fugido, pois nunca tinha mostrado intenção de o fazer. Acreditavam que se tinha perdido no mato e as pegadas em rumo ao acampamento que tinham visto os confirmavam nessa opinião. Resolveram, por isso, demorar-se ainda alguns dias no mesmo sítio, a fim de serem encontrados por Maria, caso esta voltasse." (O 5 DE ABRIL, 07/08/1931, p. 1)

Com isso, João Grande levou uma cacetada na cabeça e caiu. Porém,

Conhecendo a resistência dos crânios africanos, fiquei um pouco desconfiado com o crioulo e adverti o velho cacique de que ele ainda não estava morto. Mas Dobre, rindo-se, disse: "Este não levanta mais".

Para provar o contrário, puxei da espada e com um golpe cortei fora a orelha do preto, juntamente com um pedaço de crânio. Ligeiro como raio, levantou-se o pseudomorto. Então os bugres novamente puseram em ação os seus cacetes e reduziram em pouco tempo a uma massa informe a cabeça do João Grande. Feito isto, Dobre me disse: "Mas agora acho que está morto". (O 5 DE ABRIL, 07/08/1931, p. 1)

O corte da orelha do preto para garantir a morte pode ser explicado pela sua representação. Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 661) relatam que “na África a orelha simboliza a animalidade”, ou seja, não bastava o ataque ao crânio, era preciso mutilar outra parte do corpo do negro. Assim, o enredo apresentado no folhetim remete ao que se propunha como sendo um final feliz, em que:

As mulheres, com os meninos, voltaram às suas casas. Em breve tempo estavam outra vez restabelecidas dos sofrimentos passados. Maria reuniu-se ao esposo e Margarida, algum tempo depois, tornou a casar. [...] O assalto que acabo de relatar, foi o último ato de violência praticado no município de S. Leopoldo pelos bugres.

Os restos da horda de João Grande desapareceram e não se ouviu mais falar deles.

A gente do cacique Dobre também teve um fim triste. Tendo sido apresentados pelo governo provincial com fardamentos usados por soldados atacados de varíola, os pobres índios, muito satisfeito, vestiram-nos sendo, então, atacados igualmente do mesmo terrível mal.

Não conhecendo a doença, julgavam que com banhos de água fria poderiam curar-se, mas o contrário aconteceu. Quase todos morreram e os restantes retiraram-se para o norte da província, onde se reuniram num toldo, na zona próxima ao rio Uruguay e que ainda hoje existe, sob o nome de ‘Cacique Dobre’, no município de Erechim. (O 5 DE ABRIL, 07/08/1931, p. 1)

Esse folhetim, que foi veiculado em 4 edições do jornal “O 5 de abril”, certamente, através do conflito apresentado, produziu uma narrativa na qual se estabelecem os arquétipos de heróis e vilões,¹³ conseguindo atrair a atenção dos leitores, ainda mais considerando o ilustre escritor, o então prefeito Leopoldo Petry. Nota-se que o arquétipo do herói refere-se à identidade étnica alemã, ligada às representações de trabalho e honestidade, a qual sofreu a violência

de outras etnias, representadas na expressão “bugres”, que se aproveitam do trabalho e da riqueza desse alemão. O grande vilão da história, que se constitui no maior inimigo da identidade alemã, é o negro João Grande. Os índios não são apresentados só como inimigos dos descendentes de alemães, pois há grupos que os auxiliam. Haveria, nesse sentido, os “bons” e os “maus índios”.

Este folhetim parece ter tido grande aceitação dos leitores. Tanto é que, em 8 de janeiro de 1932, o Jornal apresentava matéria divulgando sua publicação em forma de fascículos para serem comprados separadamente do jornal. Como afirmou o Jornal:

Da narrativa do interessante episódio, de autoria do sr. Leopoldo Petry, e que sob o título que epigrafa estas linhas, há semanas, foi publicada pelo nosso jornal, foram impressos alguns fascículos, que ornados com um retrato do seu autor e algumas outras gravuras, se encontram à venda na Livraria Hans Behrend..PREÇO: 1\$000. (O 5 DE ABRIL, 08/01/1932, p. 2.)

Ao mesmo tempo, essas representações apresentadas em um momento de construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo, utilizando como instrumento o folhetim e tendo como autor o primeiro prefeito e divulgada através do principal jornal a se apresentar como representante da cidade, provavelmente influenciaram na construção da identidade da mesma.

Ethnic Representations in “Maria Bugra literature: episode from the beginning of Germany colonization”, and the identity-building in Novo Hamburgo city, in Brazil

Abstract: In this article we intend to analyze the identity building in Novo Hamburgo City, in Brazil, from the media sources. More specifically, we propose to analyze the ethnic representations of the city in “*Maria Bugra literature: episode from the beginning of Germany colonization*”, written by the first Mayor of Novo Hamburgo City, published in the local newspaper soon after the City’s emancipation in 1927. This work is plenty of ethnic identities representations, and it presents a

narrative through which the archetypes of heroes and villains connected to those representations are built. In this sense, we propose an analysis of the relation of two distinct identities – one connected to the ethnicity, and the other connected to the city surroundings – observing the form of their association, and also the importance of ethnic representations in the identity-building studied in that city.

Keywords: Media. Identity. Ethnic. City. Novo Hamburgo.

Notas:

¹ Como afirma Oliveira (1990, p. 14), existe uma relação íntima entre identidade nacional e política, pois: “A idéia de nação faz parte do universo simbólico. Sua valorização visa proporcionar sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território. Trata-se de um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política”.

² Como propõe Chartier (1990, p. 17), para a compreensão do real há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo. Até o desconhecido é pensado a partir de símbolos já conhecidos. Uma realidade, assim, nunca é apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente, pelos grupos que dela se aproximam. E é nesta atribuição de sentido que percebemos que as representações não são “ingênuas”. Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que as produz.

³ Segundo Meyer (1996, p. 58) a finalidade era ter um espaço vazio destinado ao entretenimento, local onde “se pode treinar a narrativa, onde se aceitam mestres, noviços do gênero, histórias curtas ou menos e adota-se a moda inglesa de publicações em série se houver mais textos do que colunas”. Os folhetins foram responsáveis pelas edições de romances em série, a cada nova edição eram feitas revelações sobre a história

⁴ O bairro antigo da cidade.

⁵ Até a década de 1970, a visão predominante na historiografia brasileira acerca do processo de industrialização apontava que o capitalismo industrial, no Brasil, não tinha conhecido as fases de artesanato e manufatura. Retomando autores como Sérgio Silva, Agnaldo de Sousa Barbosa aponta para essa historiografia que se esforçava em comprovar que, no Brasil, a atividade fabril já nascera tendo na grande indústria, seu principal sustentáculo. Ao enfocar o desenvolvimento da indústria calçadista em Franca (SP) porém, Barbosa encontra a origem do empresariado do calçado em modestos empreendimentos iniciados por artesãos e pequenos comerciantes (BARBOSA, 2005, p. 1-2). A história da cidade de Novo Hamburgo, outro pólo que se desenvolveu principalmente em relação à indústria calçadista, ainda não foi devidamente analisada. Porém, o desenvolvimento da indústria na região também teve origem em pequenas fábricas com baixo capital de investimento.

⁶ Calcula-se que as primeiras tiragens alcançaram cerca de 200 a 300 exemplares por semana. Para a população de Novo Hamburgo recenseada, na época, em 8.500 habitantes, o número era significativo, tendo em vista especialmente a expressiva parcela de hamburguenses moradores da zona rural e os habitantes que falavam apenas a língua alemã. Já para a época da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ou seja, o período final da década de 1930, fala-se na tiragem, por edição, de mil exemplares. (BEHREND, 2002, p. 43 e 60)

⁷ Adotamos as reflexões de Eric Hobsbawm, que define uma “tradição inventada” como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” (HOBSBAWM, 2006, p. 9)

⁸ Weber (2004) analisa a construção da identidade étnica a partir das comemorações do 25 de julho no Rio Grande do Sul, data que marca o início da imigração alemã. Assim, a mídia impressa aparece, em seu texto, colaborando na divulgação dessas comemorações, demonstrando que são impressas representações através das quais os leitores dessas mídias são incentivados a incrementar seu sentimento de pertencimento.

⁹ “Germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*. É usada às vezes para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas de uma maneira geral entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã.” (GERTZ, 1991, p. 32)

¹⁰ Tratava-se de uma vila ao norte do centro da cidade, não atendida pelos serviços públicos básicos e onde residia significativa parte da população negra de Novo Hamburgo.

¹¹ Nos dias 17, 24 e 31 de julho e no dia 7 de agosto de 1931.

¹² É provável que tenha havido, na redação do jornal, erro na digitação do nome do cacique. O cacique ao qual se refere o folhetim é o famoso Doble.

¹³ Utilizamos o conceito de arquétipo em sua definição geral, como modelos que permanecem no imaginário social, tal qual Edgar Morin (1989) analisa os mitos do cinema.

Referências:

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Uma burguesia de pés descalços: a trajetória do empresariado do calçado no interior paulista. In: *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado. n. 6. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/antiores/edicao06/materia3/>>. Acesso em 23/04/2007.

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 [1995]. p. 187-227.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.
- BEHREND, Martin Herz. *O 5 de Abril*. Porto Alegre: Metrópole Ind. Gráfica, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRENNER, G. *A indústria de calçados no Brasil: trabalho, competição e produtividade*. Porto Alegre/RS, 1990. Dissertação Mestrado, PPGA, UFRGS.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário dos Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2002.
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- MAGALHÃES, Magna. Negras memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, Margaret (org.) *Diversidade e políticas afirmativas: diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MORIN, Edgar. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- O 5 DE ABRIL. Novo Hamburgo, 1927 - 1932.
- OLIVEIRA, Vinicius P. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: Edições EST, 2006.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. In: *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF. n. 19. Rio de Janeiro: UFF, 2005. p. 175-200
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. In: *ArtCultura*. Uberlândia: UFU, v. 4. n. 4. p. 23-35, junho/2002.

Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio...

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo* – Monografia. Porto Alegre: Edições A Nação, 1959.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs.). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998.

REUTER, Yves. *Introdução à Análise do Romance*. São Paulo: Marins Fontes, 1996.

SELBACH, Jeferson. *Novo Hamburgo 1927-1997: os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade*. (dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul* – O “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

Recebido em 30/08/2007.

Aprovado em 27/09/2007.